

OS DESAFIOS PARA O EDUCADOR: CONSTRUINDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPO.

Margutti, Eliete de Carvalho (FCT/UNESP); Furlanetti, Maria Peregrina de Fátima Rotta (FCT/UNESP), CNPq.

7. Dimensão Cultural na Formação de Professores.

RESUMO

Buscamos nesta pesquisa mostrar os desafios das escolas rurais e a educação do campo, salientando a importância do educador popular na compreensão do cotidiano para a construção do Projeto Político Pedagógico. Para tanto utilizamos a pesquisa-ação durante três anos numa escola de Assentamento de Reforma Agrária no Estado de São Paulo. A pesquisa-ação é aquela que procura estudar os fenômenos educacionais e as pessoas que a integram dentro de seu contexto social e histórico em que acontecem e vivem, recuperando o cotidiano como campo de expressão humana, com as suas representações. Esta pesquisa nos mostrou as tensões e as expectativas dos pais e professoras ao mesmo tempo em que fomos estudando e pesquisando as diferenças entre escola rural que traduz o cotidiano em conhecimento científico e a escola rural que se norteia pelo sistema capitalista do agronegócio.

Palavras chave: educador popular, educação do campo, escola rural, projeto pedagógico.

1. INTRODUÇÃO

A educação no campo ou para o campo é uma discussão que muitas vezes acabamos não fazendo, e, portanto, acabamos não discutindo a formação deste professor/educador que irá atuar na escola rural. Mas há diferença da escola urbana, para uma escola inserida no meio rural? O que o professor/ educador irá encontrar nesta escola e qual será a sua atuação neste contexto, visto que a realidade que cerca uma escola no campo é bem diferente da realidade de uma escola na zona urbana.

Atualmente sabemos das escolas rurais, muitas vezes por meio da mídia que relaciona esta escola com o MST, dando a impressão que no campo só temos crianças do Movimento Sem - Terra. Devemos entender que o MST é um movimento que luta pelo direito a educação, pois se preocupam com as

crianças, os jovens e adolescentes que estão inseridos no campo, não somente os assentados, mas também os acampados (com as escolas itinerantes), os pequenos proprietários que tem seus filhos em idade escolar, o empregado das grandes propriedades rurais que também tem seus filhos em idade de ir à escola, os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhas, etc, e por isso lutam por uma escola de qualidade, e educadores comprometidos com a realidade do campo e suas especificidades.

No ponto de vista de quem mora no campo, e de muitos pesquisadores relacionados com esta área, observamos que a melhoria na qualidade não se faz apenas em enviar os filhos dos camponeses em ônibus, muitas vezes de péssima qualidade, fazendo com que a criança passe uma boa parte de seu dia em viagens longas e cansativas, correndo o risco muitas vezes de acidentes. O PNE já nos traz no anexo de metas e estratégias no item 1.7 a importância das crianças terem perto de suas casas uma escola, quando diz para:

Fomentar o atendimento das crianças do campo na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais.

A nossa preocupação é: A escola que está inserida no campo tem a participação da comunidade? Como a comunidade intervém? O professor está preparado para a realidade de uma escola do campo? Ele se identifica com esta realidade ou vai para uma escola do campo por falta de opção, ou para buscar pontos necessários para sua transferência?

Esta realidade existe e está mais presente do que imaginamos. Ao visitar uma escola rural, muitas vezes deparamos com uma escola fora do contexto do campo. Vemos freqüentemente escolas cercadas, com muros altos, sem uma árvore para sombrear o pátio, sem uma horta e um ensino totalmente fora daquela realidade. Não se discute o campo, mas somente a cidade e suas indústrias. E, além disso, professores que não querem se inteirar da vida daquele educando, não sabe o que se produz naquela região e não faz questão de entender o mínimo da história cotidiana de cada um. Pensando uma escola no/do campo se faz necessário analisar as transformações da realidade para que se possa planejar uma proposta educacional voltada para o campo. Temos que refletir sobre o campo, este campo de hoje, que está sendo construído por pessoas com grandes

expectativas de trabalho e de vida digna, pois o campo é o espaço onde essas pessoas moram e trabalham, é o espaço e território de vida e de educação. Ao mesmo tempo em que algumas instituições re-nomeiam os assentados para que percam a identidade de camponeses que lutaram pela terra e hoje lutam por dignidade temos instituições que estudam e pesquisam para resgatar a memória e a humanidade nos assentamentos rurais, colaborando com a auto - estima dos camponeses.

1.1 O educador

O educador que vai para uma escola do campo, tem que estar ciente das condições que irá encontrar. Saber que não poderá somente “ensinar” o que vem nos livros didáticos, ao qual na maioria das vezes só se reporta a cidade, grandes centros e se esquecendo do entorno da escola rural. Este profissional deve disponibilizar ao educando o conhecimento e a compreensão da realidade, valorizando as atitudes e comportamentos propícios ao desenvolvimento das responsabilidades sociais fazendo assim com que a criança tenha a capacidade de ampliação do raciocínio científico, a aquisição de técnicas aplicáveis ao estudo da realidade interpretando dados relativos às diversas áreas do conhecimento no contexto de sua realidade, para assim formamos cidadãos autônomos, lúcidos, crítico, transformador, dotado de conhecimentos necessários ao exercício da cidadania tendo assim o sentimento de pertença.

A Lei assegura o direito de o educando ter uma educação de qualidade respeitando seu aprendizado e o local onde está inserido, e podemos ver na Lei nº 9.394/96 no Artigo 2º do Parágrafo Único, onde garante que a educação no campo deverá ser compatível com as diretrizes Curriculares, garantindo assim a identidade do sujeito do campo.

“Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”. (MEC - diretrizes do campo).

Mas devemos entender que a lei assegura, mas não se deve pensar que esta questão seja algo que em vez de valorizar as especificidades, acabe se

tornando algo desagradável para a criança. Deve se trabalhar de uma maneira que a criança sinta-se importante no meio em que vive, valorizando sua cultura, sua região e sua opinião, construindo assim um sujeito político e crítico.

Acreditamos que a Educação Popular centrada na cultura popular, nas identidades populares possa contribuir para a construção do projeto pedagógico que tenha a intenção de valorizar as pessoas que vivem do e no campo, e assim, fortalecer as identidades culturais de um lugar que uniu pessoas de todo o Estado de São Paulo e de outros estados com o mesmo objetivo, a luta pela terra.

Com isso, podemos indicar que o educador popular pode ser formado, não precisa necessariamente ser um militante, pode ser construído; ou que precisa se reconstruir, sabendo que o seu trabalho profissional não pode ser ilusão, ou seja, os professores não podem continuar achando que as velhas fórmulas pedagógicas e as velhas organizações escolares darão conta de libertarem os educandos (tornando-os autônomos), utilizando-se dos mesmos livros didáticos e das mesmas estruturas da escola que aí estão, pois estas não ensinam a participação, a desalienação, e sim a submissão de classe.

A realidade da educação do campo tem exigido sensibilidade dos educadores na construção de procedimentos didáticos e conteúdos a serem ensinados, porque compreendemos que os conteúdos não podem estar estranhos à cotidianidade dos educandos. O Educador Popular é aquele que vivencia a cotidianidade de seus educandos seja através da convivência do dia a dia ou através de estudos e participação ativa na realidade, com comprometimento político.

Realizar o planejamento das atividades é o momento de reflexão e diálogo entre todos os participantes do ato pedagógico: equipe escolar – coordenadores, diretor, educadores, funcionários pais e estudantes.

Encontrar subsídios para o planejamento é pesquisar a comunidade a qual está inserida a sala de aula ou a escola. Portanto, não é só conhecer seus futuros estudantes, mas, compreender sua forma de vida, sua ética, sua cultura e suas atitudes diante da realidade a qual estão inseridos.

Compreender as relações da cultura da cidade e do campo são reflexões que precisamos fazer com um olhar humilde, crítico e pedagógico. É imprescindível que o poder municipal e as populações locais se mobilizem para a construção de escolas ou salas de aulas para a população tanto do campo como da cidade. A escola é de extrema importância por permitir o

acesso das populações ao ensino fundamental e ao ensino médio, o que é garantido pela Constituição. O que não se pode permitir é que se instalem mais escolas que contribuam para o falecimento da cultura camponesa, indígena, ribeirinha, quilombolas e ainda agravando o processo de exclusão de mulheres e homens.

A educação deve fazer parte da existência desta população, portanto, deve ser criada e condicionada pela forma como elas vivem. O planejamento criado para um lugar específico, com uma combinação social, política, cultural, territorial e econômica, singular, deve condicionar a pedagogia a essa singularidade. Os lugares educam mais que a escola e para que a educação formal seja um instrumento desta população para se desenvolver, a escola, deve se inserir à sua realidade.

A Pedagogia de educar para a ajuda mútua, para a ação política, para valorização dos elementos culturais que brotam de sua existência particular, formação da identidade, para relações horizontais e, deve, sobretudo, ser gerida pela comunidade, assim como a própria escola.

Se o planejamento não se basear e vivenciar uma pedagogia autônoma ele se tornará desnecessário, e, isto, os educandos, pais e educadores reconhecem quando isso não acontece e acaba não tendo compromisso com a construção de seu próprio saber.

1.2 Projeto Político Pedagógico

Para que o educador possa construir um cidadão crítico autônomo e transformador, deve ter um Projeto Político Pedagógico direcionado a escola rural na perspectiva da Educação do Campo e que seja construído coletivamente com a comunidade escolar e a comunidade onde estão inserido pais e alunos.

Se o planejamento não se basear e vivenciar uma pedagogia autônoma ele se tornará desnecessário, e, isto, os educandos, pais e educadores reconhecem, pois, quando isso não acontece acabam não tendo compromisso com a construção de seu próprio saber.

Buscando através do diálogo compreender quem são nossos estudantes para transformarmos a sala de aula em um ambiente adequado e estimulador a re-elaboração e produção de conhecimentos contrapondo os ensinamentos autoritários, tradicionais, onde o conhecimento pronto e acabado não permite diálogo.

Precisamos tomar cuidado para que a educação não se torne um ato de depositar (educação bancária), mas que o educador numa relação horizontal se torne simultaneamente, educador e educando.

O Projeto Pedagógico se inicia quando nos permitimos dialogar com a comunidade para conhecê-la, o nosso plano de aula terá a proposta que os estudantes estão necessitando. Os conteúdos curriculares serão conhecimentos sócio/culturais desenvolvido pela humanidade por necessidades históricas.

Molina (1999), explicita que a Educação do Campo compreende os processos culturais: as estratégias de socialização; as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em lutas cotidianas para manterem a identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo um dos valores da Educação do Campo é a recuperação da idéia do trabalho como princípio educativo.

Destaca ainda que um dos aspectos mais importantes da concepção de uma escola do campo, com uma educação do campo, é o reconhecimento e a valorização da identidade dos próprios sujeitos que são filhos e filhas de camponeses (assentados, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas) cuja reprodução social se dá prioritariamente a partir dos trabalhadores/as no território rural, no campo. As práticas educativas voltadas para o processo de auto-organização dos educandos, demandando a produção coletiva de trabalhos úteis e relevantes para a comunidade e educandos/as e que sejam protagonista de todo o processo se responsabilizando e executando as atividades planejadas, assim:

Faz-se necessária a preparação para a participação na gestão dos processos educativos, sempre com intuito de possibilitar aos educandos/as a internalização dessas práticas e capacidade de planejá-las e organizá-las autonomamente, seja em outros processos educativos escolares ou processos educativos comunitários. (MOLINA 1999, p.78).

Pensando assim, poderemos trabalhar com as disciplinas da grade curricular pensando em cada uma trabalhar com realidade daquele território, visando um ensino de qualidade e dando a oportunidade ao educando de trabalhar nas diversas matérias com uma realidade que faz parte de seu dia-a-dia. Cada matéria pode ser trabalhada pensando na contribuição real que a escola pode dar ao educando e sua família e relacionando também com o que esta acontecendo fora do campo. Lembrando que a escola do campo tem

que ser de qualidade e equipada também com computador com acesso a internet, projetor de mídia, televisão, DVD, biblioteca, revistas, jornais, materiais e recursos necessários às pesquisas, em que o educando poderá pensar questionar, elaborar e executar soluções nos mais diversos assuntos.

Desta forma refletimos que para um projeto faça sentido para o educando pode ser desenvolvido e pensado da maneira a atingir os conhecimentos necessários para o educando.

Por exemplo, em matemática desenvolver atividades que envolvam os processos cognitivos e operações mentais como: ordenar, contar, recorrendo a modos sistematizados de comparação, ordenamentos e classificação, tentativa de representar números associando-os a idéia de quantidade, usando para tanto a produção agrícola, renda da família, renda da produção de leite, verdura, enfim o que se produz naquele território onde está inserida a escola, utilizando-se do cotidiano do camponês demonstrando que cada disciplina estudada na escola existe porque existe o homem e a mulher trabalhadora, que investiga as respostas de seus problemas no cotidiano e as ciências, os conhecimentos científicos são elaborados para que possamos compreender melhor o mundo que vivemos, assim, em ciências com a preocupação em relação à alimentação e a saúde orientação em respeito pelo próprio corpo, pela sua preservação e pela manutenção da saúde, implantar na própria instituição os legumes e verduras cultivados pelos educandos, desenvolver um sentimento pertença com o que se produz e então poderá de fazer uma pesquisa sobre os diversos tipos de alimentos mais consumidos pela área urbana e o que seus pais fornecem para essa população urbana qual a importância que acarreta na sociedade integrando com a matemática e com a língua portuguesa; e esta deverá propiciar ao educando, conhecimento lingüístico e social com diferentes textos, nas mais diferentes situações de uso, capacidade de raciocínio científico e aquisição de técnicas aplicáveis no estudo da realidade; textos que já fazem parte de sua realidade, estabelecer relações, interpretar dados relativos às diversas áreas do conhecimento, e outros textos que farão parte de suas vidas, formando um cidadão lúcido, crítico, transformador, dotado de conhecimentos necessários ao exercício da cidadania.

Em geografia proporcionar às crianças a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento constitutivo para a auto-realização, estudar o seu território onde a preservação da natureza, dos mananciais, o problema do uso do agrotóxico em suas propriedades, a

importância da agricultura familiar é o núcleo das preocupações e perguntas que se fazem a si mesmo, buscando respostas críticas e construtivas em todas as áreas do conhecimento. Obter conhecimento sobre com atividades em que possa conhecer o próprio espaço que vive diariamente vendo o território como seu lugar de pertença, em que localização encontra-se no município, no estado, no mundo e o que isso significa entre outras mais que o professor poderá propor para a turma.

Para a disciplina de História pode pensar uma maneira de desenvolver nas crianças o interesse pela sua história pessoal, a história de seu povo, a história da luta em seu território, fazendo com que ele valorize a História e a si mesmo, como instrumental para compreender o mundo à sua volta, proporcionando uma formação acadêmica adequada às suas necessidades, e desenvolvendo suas potencialidades no âmbito cultural para uma sociedade em mudança, estruturar o conhecimento adquirido por cada criança, de forma que ela venha contribuir com dignidade para a sociedade onde vive e para melhorar de forma satisfatória o nível de vida, preparando o indivíduo e inserindo nele a preservação do patrimônio cultural de sua comunidade, cidade e estado. Na disciplina de Artes, re-conhecendo sua cultura e valorizando-a, com certeza, adquirirá competências de sensibilidade de cognição em artes perante sua produção e o contato com o patrimônio artístico, exercitando sua cidadania cultural com qualidade, promoverem uma pesquisa com diversos tipos de trabalhos produzidos em sua comunidade.

Nesta perspectiva da construção de um projeto político pedagógico construído desta forma, além de assegurarmos o desenvolvimento de cada camponês, valorizaremos o campo que é o contexto, a realidade do educando.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos declarar que o espaço de organização de conhecimentos, a sala de aula, se constitui como território de submissão onde o educando/a assiste através da janela o tempo passar esperando o momento de viver a realidade, isto é, primeiro aprende a teoria e depois – vários anos depois - pode começar a trabalhar ou a viver. Assim, a Educação na Escola Rural consiste numa temporalidade estranha com horários, turmas, séries, onde muitas vezes as salas de aula são multisseriadas, e ainda, com a preocupação de manter em fileiras os educandos/as pela sua seriação.

Como esta escola está centrada no modo capitalista de produção, onde separa o aprender dentro da escola com o trabalho fora dela, onde novamente a temporalidade estranha intervém no processo de aprendizagem onde primeiro se aprende e depois trabalha. Para o camponês esta desvinculação se torna muito perceptível à medida que observam a saída dos jovens de seus territórios conquistados com muita luta, para a cidade em subempregos, pois a escola está totalmente desvinculada com a vida de camponês que vive em seu cotidiano – tirar leite da vaca, colher, plantar, cuidar dos animais, etc.

Sabemos que nada é fácil, e principalmente propor mudanças com relação o ensino e método para dar aula. Mas não devemos nos esquecer de quem mora no campo, e a realidade que nos cerca está aí, para todos verem e já não podemos achar que o problema não é nosso. Devemos nos sentir responsáveis por estas crianças, adolescentes, jovens e adultos que estão no campo, e sermos educadores/as comprometidos/as, profissionais com a co-responsabilidade da educação, o ensino seja aonde for, mas que sejamos capazes de termos o sentimento de pertença, independente da instituição onde formos trabalhar.

Concordo com MARGUTTI, MARIANO & FURLANETTI (2010), quando colocam que:

“Uma das tarefas do educador do campo é contribuir na organização do povo para que lute por seus direitos, formando os camponeses no fortalecimento da identidade de sujeito coletivo, nas novas relações de trabalho e na consciência política. Isso não é formar trabalhadores do campo (mão-de-obra), que se conforme com planos e modelos que já vêm prontos, mas sim ter capacidade de resistir a esses modelos e pensar no coletivo criando novos projetos. Essa ação educativa deve ter como objetivo, desenvolver uma tomada de consciência e atitude crítica, permitindo ao aluno chegar a ser sujeito, constituir-se como pessoa e transformar a sua realidade. Falar em políticas públicas da educação do campo é equacionar novas posturas, novas estratégias, novas diretrizes e, sobretudo novas bases capazes de alicerçar a educação como direito dos povos do campo”.(MARGUTTI, MARIANO & FURLANETTI, 2010, p.3)

4.REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação PNE (PL nº8.035 de 2010 - Anexo Metas e Estratégias). Brasília, 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARGUTTI, E. C; MARIANO, A.; FURLANETTI, M. P. F. R. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO**. 2010. I Congresso Internacional da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos. João Pessoa/PB, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna. KOLLING, Edgar Jorge. NERY,Irmã (orgs.) **Por uma Educação Básica do Campo**, UnB/Brasília, 1999.